



Interface - Comunicação, Saúde, Educação

ISSN: 1414-3283

interface@fmb.unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

Bagrichevsky, Marcos; Estevão, Adriana

Politização de conceitos: linhas de fuga para o estatuto ambivalente da 'saúde-doença' na sociedade
pós-genômica

Interface - Comunicação, Saúde, Educação, vol. 16, núm. 43, octubre-noviembre, 2012, pp. 1143-
1145

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180125203009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Politização de conceitos: linhas de fuga para o estatuto ambivalente da ‘saúde-doença’ na sociedade pós-genômica *

Posicionada como têmpera de um projeto social crítico, aberto, político, epistemológico, e em permanente revisão, a Saúde Coletiva tem produzido debates temáticos fecundos, frequentemente conectando distintos pensadores e matrizes, dispostos a borrar as fronteiras disciplinares e a confrontar os modelos tradicionais de abordagem da saúde-doença-cuidado, em busca de convergentes e relevantes problematizações. O texto de Gaudenzi e Ortega (2012), publicado na revista Interface, se insere nessa perspectiva. A magnitude intercessora de conceitos, análises e questionamentos trabalhados pelos autores de modo consequente, nos instigou a ampliar as reflexões sobre o tema central, anunciado desde o título.

A época na qual vivemos sinaliza preocupações emblemáticas à sombra da influente racionalidade científica, que incide imperativa em nações e continentes, ‘globalizados’ pela desigualdade de oportunidades, pelo acirramento do fosso abissal que distancia pobres e ricos. Sua potência, geradora de efeitos exponenciais sobre crenças e condutas humanas, aponta que adentramos em um novo tempo, parametrizados e posicionados pela ciência, numa proporção antes inimaginável. Ao assumir essa condição litúrgica, o desafio do homem aos deuses, outrora projetado na esfera *hollywoodiana* por profecias da literatura de ficção do gênero, hoje se confirma prosaicamente nas clínicas médicas superespecializadas, através das nanotecnologias produzidas em escala industrial ou nos laboratórios de genética espalhados pelo mundo, à espera daqueles que podem pagar por suas benesses.

Os desdobramentos da interseção entre essa racionalidade e o espaço social, à luz dos impactos tecnocientíficos, não se restringem mais a ações normalizadoras sobre a biologia humana, agora invadem e esculpem sua substância. São processos que matizam a **biomedicalização** da sociedade e a patologização da vida pós-genômica, que constituem e expandem as **biossociabilidades** e a **biocidadania**, referências preocupantes de uma nova realidade em ascensão (Clarke et al., 2003).

O domínio biomedicalizante, apoiado nessa ultratecnificação das ciências da vida, revela um trabalho social deliberado para recriar definições nosológicas, e validar diagnósticos de supostas condições problemáticas, que, em tese, já estariam afetando diferentes grupos de indivíduos (Welch, Schwartzm Woloshin, 2011). Ao materializar certos estados de ‘pré-enfermidade’ (retaguarda minuciosamente amparada pela estatística dos estudos sobre fatores de risco à saúde), emergem novas identidades, a partir das quais o *status* de ‘quase-doença’ assume lugar central (Götzsche, 2002).

* Carta ao editor sobre o artigo “O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização”, de Paula Gaudenzi e Francisco Ortega, publicado em *Interface – Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.21-34, 2012.

Desse panorama, têm resultado transformações aceleradas e em perspectiva planetária, não apenas de setores-chave do mundo atual, mas, sobretudo, de valores singulares que, até pouco tempo, sustentavam e dotavam de sentido a convivência em coletividade. Está em curso uma radicalização da condição humana que torna ambíguas e fluidas as distinções ontológicas entre pessoas e coisas; que expropria nossas subjetividades; que conduz, invariavelmente, ao sofrimento do corpo e da alma (Skrabanek, 1994).

Some-se a isso, o fervoroso individualismo tardo-moderno que o capitalismo líquido acolhe, exacerbando assimetrias socioeconômicas, culturais e políticas, e deslocando as fronteiras da responsabilidade pública do Estado Moderno para a dimensão molecular dos sujeitos – que deveriam ser protagonistas-beneficiários das políticas de bem-estar social nesse modelo de governança, ao invés de se tornarem ‘alvos’ da responsabilização por sua própria sorte.

E claro, é preciso mencionar, também, a ditadura midiática, da qual já falava Noam Chomsky há décadas, estabelecida pelos meios de comunicação de massa em estreita comunhão com a ideologia do capital, a serviço da ‘desinformação’ e do fomento de ideias que volatilizam os debates críticos acerca de questões na ordem do dia. A “fabricação do consenso” despolitizador, para usar uma expressão chomskyana, encontra-se amalgamada a todas as instâncias do cotidiano; desde as micropolíticas discursivas que edificam comportamentos consumistas, como meta primeira da existência humana, até o ditame das macroestruturas de poder das megacorporações e governos, cujas escolhas decisórias vertem de forma implacável sobre populações e grupos marginalizados (Chomsky, Herman, 1988).

Não podemos perder de vista que as ‘patologias sociais’, das quais padecem países desiguais como o Brasil, têm gerado corpos enfermos e agonizantes, governamentalizados por retóricas e práticas que nos distanciam da capacidade de escapar e resistir às armadilhas da subjugação neoliberal, de toda ordem.

Indiscutivelmente, há um enorme lastro de vinculações entre as problemáticas relativas ao processo saúde-doença-cuidado e à gestão política da vida exercida pelas instituições sociais do nosso tempo. A pujança valorativa do meio acadêmico sobre o contexto anunciado se reafirma na própria realidade dos acontecimentos do dia a dia.

Esse cenário complexo e delicado demanda dos pesquisadores – sobretudo no campo sanitário – a ampliação de reflexões e pesquisas eticamente comprometidas em dar respostas relevantes às agruras societárias do novo século; ou, pelo menos, dispostas a enfrentá-las e indagá-las de maneira crítica, tal como o empreendimento investigativo de Gaudenzi e Ortega (2012).

Não se trata de desqualificar o acúmulo da produção científica em saúde, nem de outorgar ao campo a função de redentor dos males que a humanidade enfrenta. Todavia, é premente, sim, tensionar os muitos dilemas imbricados na própria gênese dos saberes da ciência, cujos investimentos públicos têm se misturado de forma maciça a interesses mercadológicos, bélicos e midiáticos. Em geral, quando detectadas, tais interfaces ainda emergem de maneira difusa, tímida, quando não rechaçadas ou desprezadas por representantes do espaço acadêmico.

As ‘trilhas’ ofertadas pelo trabalho de Gaudenzi e Ortega (2012) são valiosas porque deságua em linhas de fuga: propõem reformulações matriciais insurgentes, mestiças, intelectualmente inquietantes e contextualmente relevantes; e sinalizam a necessidade de se alargarem as fronteiras de criticidade e as arenas sociais para incitar o debate/embate de tais questões.

O exercício de politicizar conceitos e ideias em espaços de formação humana – seja na universidade, nos serviços públicos ou na gestão em saúde – implicados com as práticas sociais, constitui e fortalece parte do processo estratégico de resistência à medicalização nefasta, que, cada vez mais, se alastra e invade as esferas da vida contemporânea.

Marcos Bagrichevsky¹
Adriana Estevão²

^{1,2} Programa de Pós-Graduação em Educação Física,
 Universidade Federal do Espírito Santo.
 Avenida Fernando Ferrari, 514. Vitória, ES, Brasil. 29.075-910.
 marcos_bagrichevsky@yahoo.com.br

Referências

- CHOMSKY, N.; HERMAN, E.S. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media.** New York: Pantheon Books, 1988.
- CLARKE, A.E. et al. Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness and U.S. biomedicine. **Am. Sociol. Rev.**, v.68, p.161-94, 2003.
- GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. **Interface – Comunic., Saude, Educ.**, v.16, n.40, p.21-34, 2012.
- GÖTZSCHE, P.C. Medicalisation of risk factors. **BMJ**, v.324, n.7342, p.890-1, 2002.
- SKRABANEK, P. **The death of humane medicine and the rise of coercive healthism.** London: Social Affairs Unit, 1994.
- WELCH, H.G.; SCHWARTZ, L.; WOLOSHIN, S. **Overdiagnosed: making people sick in the pursuit of health.** Boston: Beacon Press, 2011.



Ricardo Pozzo, Projeto Urbe Fágica 2011